

SUICÍDIO

Os filósofos condenaram o suicídio pelos seguintes motivos: - Porque é contrária à vontade divina. - Porque o Suicídio não chega a separar completamente a alma do corpo. - Porque é transgressão de um dever para consigo mesmo. - Porque é um ato de covardia.

Já os sociólogos não se interessam pelos motivadores do suicídio, mas sim pela sua regularidade em, sua taxa de ocorrência, como indicador social.

Na obra Suicídio (1897), Emile Durkheim demonstra que o suicídio varia inversamente ao grau de integração do grupo social do qual o indivíduo faz parte, com algumas exceções por ele apontadas. A lei do suicídio de Durkheim é considerada uma lei sociológica em virtude de as variáveis relacionadas constituírem fenômenos sociais: a taxa de suicídio, representando um traço característico de um grupo e o grau de coesão que, além de ser um traço do grupo, aparece também como característico desse grupo. Assim, se a Sociologia estuda fatos sociais, uma proposição que estabeleça relação de regularidade entre eles é uma lei sociológica.

O suicídio era definido por É. Durkheim como "todo o caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo, levado a cabo pela própria vítima e que ela sabia de antemão dever produzir esse resultado". Esta definição demarca-se da acepção comum ao incluir o sacrifício do soldado que corre para uma morte certa a fim de salvar o seu regimento ou do mártir que morre pela sua fé.

M. Halbwachs (1930) rejeitava semelhante assimilação. Este gênero de discussão praticamente não tem alcance se se considerar que Durkheim, tal como os seus continuadores, utilizava estatísticas oficiais que não podiam deixar de refletir as definições comuns do fenômeno. Neste sentido, não há definição do suicídio própria da sociologia, a qual, em contrapartida, tem uma orientação particular em relação ao fenômeno. O seu objetivo essencial não é perscrutar o fundo das almas para reconstituir os motivos que levam este ou aquele indivíduo a suicidar-se, mas utilizar as taxas de suicídio (a sua frequência em tal população ou tal subpopulação) como indicador social. É esse o caso em Durkheim, que via na taxa de suicídio de um grupo social o índice do seu estado de normalidade ou de patologia, a expressão cifrada da sua "felicidade média".

Muito antes de Durkheim, os "estatísticos morais", designadamente A. Quetelet, A. M. Guerry, E. A. Morselli, tinham-se interessado pelo suicídio, ato individual por excelência que obedece, no entanto, a regularidades estatísticas surpreendentes. Era maná para quem queria fundar a sociologia como ciência autónoma com um objeto próprio. Quando empreende o seu estudo sobre o suicídio, Durkheim pode pois apoiar-se num corpus de resultados e de saberes acumulados a que ele junta a exploração de dados franceses recentes. Mas integra essas generalizações empíricas numa teoria que explica as variações da taxa de suicídio. O suicídio é mais frequente nas sociedades ou grupos sociais caracterizados por uma falta ou um excesso de integração, e por uma falta ou um excesso de regulação ou coação social. Voltando ao assunto trinta e três anos mais tarde, Halbwachs confirmou ou rectificou os resultados de Durkheim sendo ao mesmo tempo muito crítico em relação ao seu enquadramento teórico.